



ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios.

Projecto *Évora Distrito Digital*: para um balanço da participação dos municípios.

SARAGOÇA, José Manuel

Mestre em Sociologia

Universidade de Évora

jsaragoca@uevora.pt

Resumo

Este texto procura contribuir para compreender em que medida a participação dos municípios no projecto *Évora Distrito Digital* (realizado no âmbito do Programa *Cidades e Regiões Digitais*), foi percebida pelos municípios como uma mais-valia para o desenvolvimento deste território.

Depois dum enquadramento teórico, analisam-se opiniões de alguns dos principais actores do projecto (presidentes de câmara e técnicos em TIC) acerca da participação dos municípios, tomando como base relatórios produzidos no âmbito das actividades de avaliação interna independente do projecto.

As conclusões sugerem que o projecto EDD foi percebido como uma intervenção significativamente relevante e vantajosa para os municípios, podendo ter-se constituído enquanto início dum processo de estratégia colectiva orientada para o desenvolvimento do distrito como «território de conhecimento».

Palavras-chave: *Évora Distrito Digital*; cidades e regiões digitais; municípios; governo electrónico local.





1. Enquadramento

Nas últimas décadas as (novas) tecnologias da informação e do conhecimento têm suscitado enormes esperanças sobretudo ao nível do discurso político e no contexto de relativos insucessos das estratégias de desenvolvimento territorial tradicional (Bertrand, 2001).

Entre outros aspectos, crê-se, que o uso das tecnologias de informação e da comunicação poderá contribuir para a definição de novas formas de governo e de acção dos cidadãos caracterizadas por um aumento significativo da participação no processo da tomada de decisões, podendo o governo electrónico vir a assumir a categoria de uma nova formulação do contrato social que institui maior transparência, mais informação e melhores serviços a todos os cidadãos e, fundamentalmente, pode aprofundar o exercício dos direitos e obrigações das democracias contemporâneas. Concretamente no que respeita à planificação do desenvolvimento dos territórios, admite-se que as TIC poderão contribuir para a “atenuação/eliminação das polarizações socioeconómicas; reintegração dos territórios periféricos; perda de poder das centralidades e das economias de aglomeração: em suma as TIC contribuirão decisivamente para a igualdade territorial” (Vodoz, 2003).

Ainda que entre muitos académicos exista um discurso profundamente negativo e adverso ao impacto positivo das tecnologias da informação e da comunicação quando aplicados ao desenvolvimento dos territórios (Graham, 2002), diversos actores e *stakeholders* nacionais e supranacionais, designadamente na Europa, têm vindo a investir em TIC na expectativa de que se inicie um «círculo virtuoso» que estimulará os restantes agentes a agir e, dessa forma, a investirem em acções que aproveitem o potencial destas tecnologias para acelerar o desenvolvimento económico e social local ou regional. É o caso dos países da União Europeia, sob diversas formas, entre elas os projectos de cidades ou regiões digitais.

1.1. «Cidades digitais» e «regiões digitais».

Embora muitos autores tenham proposto definições para “cidade digital” (Toffler, 1984; Ishida, 2000; Borges, 2003; Silva, 2004; Campà, 2005; apenas para citar alguns autores), não existe ainda um consenso em torno da melhor definição para “cidade digital” (Zancheti, 2001; Simões, 2007: 13). Não raras vezes, termos diferentes surgem para designarem a mesma realidade. São exemplos: “Cibercidade, Cidade Virtual, Município Digital ou Virtual, Cidade Electrónica, Cidade Inteligente” (Silva, 2004) ou, ainda, telecidade (Virilio, 1993). No presente texto adoptaremos o conceito de «cidade digital» (e de «região digital»), designadamente na perspectiva assumida pelo Governo português em 2003. Assim, uma cidade (ou região) digital é “uma rede de infra-estruturas digitais, instituições e competências que dão suporte ao desenvolvimento de capital social e à criação, acumulação e difusão de conhecimento sobre um determinado território” (POSI, 2003: 15), através da qual se procura “(a) reforçar o capital social de uma região, (b) estimular a aprendizagem contínua e (c) embeber as tecnologias de informação na rotina diária do governo local e da sociedade civil, de forma a aumentar a competitividade através de sistemas de inovação regionais, melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais e urbanas, promover a participação dos cidadãos e desenvolver a economia de uma área geográfica de forma sustentada” (POSI, 2003: 15).

Assim, os projectos de “cidades e regiões digitais” são projectos de um território concreto (de um distrito, por exemplo) suportados por tecnologias digitais orientados para o desenvolvimento da «sociedade da informação»¹ e dinamizados em parcerias alargadas que envolvem vários tipos de actores (câmaras municipais, universidades, centros tecnológicos, associações de municípios, associações comerciais e/ou empresariais, associações de desenvolvimento, grandes empresas de tecnologia e inovação, cientistas, grupos cívicos, entre outros). Ou seja: trata-se de projectos que têm na sua génese a concepção de que as políticas de desenvolvimento devem emergir a partir de (e ser concretizadas por) actores do território, que devem agir e interagir, potenciando a criatividade e a autonomia num processo tendente ao almejado desenvolvimento. Qualquer iniciativa de «cidade digital» deve ter como principais objectivos a qualidade de



vida dos cidadãos, a competitividade económica e a integração social, pois, tal como diz Serrano (2005), mais do que a criação ou ampliação de redes ou de outras infra-estruturas tecnológicas importa que os investimentos em projectos deste tipo se traduzam numa elevação efectiva dos indicadores de desenvolvimento económico e social dos territórios e das suas populações.

1.2. Os Projectos de “Cidades e Regiões Digitais” como política pública para desenvolvimento da «sociedade do conhecimento»

Na Europa, as «cidades digitais» são discutidas desde meados dos anos 90. Sobretudo desde a Cimeira de Lisboa de 2000, as políticas públicas dos estados membros têm subjacente a ideia de que a "Cidade Digital" constitui um parâmetro de qualificação do desenvolvimento das cidades europeias. Subjacente aos discursos e às políticas, está a ideia de que as cidades e as regiões que consigam desenvolver meios sociais, económicos e tecnológicos inovadores ocupam um lugar central na «sociedade da informação», e ao invés, os territórios que não o fizerem permanecerão à margem da inclusão nesse tipo de sociedade.

Apesar de em matéria de “sociedade da informação”, ou de “sociedade rede” (Castells (1999, 2002) Portugal continuar a ser um território desfavorecido relativamente a outros países da União Europeiaⁱⁱ e de contrastes no seu interior, resultantes do desenvolvimento a diferentes velocidades e segundo padrões diversificados de penetração das TIC da sociedade da informação (Carneiro et al., 2007: 317), e de não se ter afirmando, ainda, como economia informacional (Cardoso et al., 2005: 313), o nosso país tem investido significativamente em projectos TIC nos anos que se seguiram à publicação do *Livro Verde para a Sociedade da Informação* (Missão para a Sociedade da Informação, 1997).

No âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento da «sociedade da informação»ⁱⁱⁱ Portugal implementou, entre 1998 e 2000, a iniciativa “Cidades Digitais”, que consistiu na primeira experiência de promoção da Sociedade da Informação ao nível Local e Regional no nosso país. Daí resultou a concretização de projectos-piloto de iniciativa governamental nas áreas das Tecnologias de Informação e Conhecimento em cinco cidades (Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Marinha Grande) e duas regiões (Trás-os-Montes e Alentejo).

Em 2002, a iniciativa «Cidades e Regiões Digitais» passou a integrar nos seus objectivos prioritários, além do combate à info-exclusão (mantendo-se a preocupação com a promoção da coesão territorial do país), o desenvolvimento da Banda Larga e do Governo Electrónico (eGoverno). Como consequência, esta iniciativa passou a privilegiar um crescente enfoque em projectos de abrangência regional, em detrimento de projectos com carácter exclusivamente Local, como forma de se alcançarem os objectivos anteriormente mencionados a nível do país como um todo e não apenas parcialmente em localizações pontuais.

A democraticidade do acesso à Internet e o desenvolvimento de um «Estado aberto» foram sendo, desde cedo, dois dos principais objectivos das políticas públicas para a sociedade da informação em Portugal (Montargil, 2007: 247). De facto, dentre as várias dimensões que os projectos de cidades e regiões digitais deveriam privilegiar (assim ditada o *Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais*^{iv}) encontrava-se o desenvolvimento dum administração pública mais próxima do cidadão, enquanto dimensão do chamado “governo electrónico local” que, segundo determinação da entidade gestora dos projectos CRD^v, todos os projectos deveriam contemplar.

Concretamente, o XV Governo constitucional assumia, no referido guia que servia de base para a elaboração de candidaturas a projectos de “cidades e regiões digitais”, que “a modernização da administração pública [era] um tema central no desenvolvimento da Sociedade da Informação” (POSI, 2003: 17). As TIC eram reconhecidas como principais elementos facilitadores e aceleradores da modernização, se bem que se entendesse que para facilitar a sua adopção e difusão em todos os níveis organizacionais das instituições públicas locais, a implementação das tecnologias deveria ser sempre acompanhada por programas de gestão da mudança e redesenho de procedimentos administrativos. O objectivo seria a



melhoria e simplificação da vida dos cidadãos através dum novo tipo de relação da administração pública local com o cidadão, que deveria passar a ser acompanhado de forma personalizada e pro-activa ao longo da sua vida (POSI, 2003: 17). Em conformidade com este “novo conceito”, o Guia da Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais determinava de forma detalhada, as finalidades, os objectivos e mesmo algumas metas dos projectos de CRD.

1.3. O Projecto EDD

O Alentejo desde cedo recebeu investimento público em TIC. Primeiro à escala “regional”, no âmbito do projecto *Alentejo Digital^{vi}*, depois à escala distrital, no quadro do Programa «Cidades e Regiões Digitais», designadamente com os projectos *Évora Distrito Digital*, *Beja Digital*, e *Portalegre Digital* e *Alentejo Litoral Digital^{vii}*, isto para além de iniciativas locais, à escala municipal, quase sempre da responsabilidade dos municípios.

Neste trabalho vamos abordar exclusivamente o projecto que decorreu no distrito de Évora^{viii}, designado *Évora Distrito Digital - EDD*.

O EDD assumiu-se como um conjunto de iniciativas contributivas para alcançar diversos objectivos em simultâneo: projectar uma imagem positiva do Distrito^{ix}, através da colaboração entre os diversos actores da região no sentido da valorização dos seus produtos, gentes e património; contribuir efectivamente para a melhoria de vida das populações; incentivar o desenvolvimento económico e a competitividade das empresas do Distrito de Évora num quadro de dinamização da actividade empresarial e de solidariedade entre regiões; generalizar o uso dos instrumentos, as técnicas e os modos de organização da informação e da comunicação, do conhecimento e da acção, próprios de sociedades avançadas, como uma alavanca impulsionadora da competitividade; contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, assegurando melhores serviços de administração local e de atendimento ao cidadão, nomeadamente através da sua disponibilização através da *Internet*; e, ainda, contribuir decisivamente para o combate à infoexclusão, à injustiça social e à promoção da igualdade de oportunidades. Por outras palavras, o EDD procurou promover as condições para uma «sociedade do conhecimento» baseada em novas formas de eGoverno (ou, melhor, eAdministração) e de exercício da cidadania num território inclusivo e de elevado capital social^x.

Desta forma, alguns dos objectivos do projecto, respeitavam ao governo electrónico através do qual se supunha desenvolver-se a modernização da administração pública local, na linha do que previa o *Plano de Acção para a Sociedade da Informação* era. Efectivamente, um dos pilares deste plano era precisamente a “qualidade e eficiência dos serviços públicos”, que tinha como objectivos “garantir serviços públicos de qualidade, apoiar a modernização da Administração Pública, a racionalização de custos e a transparência”, expectavelmente concretizáveis, essencialmente, através dos “Sítios de Internet Autárquicos”, “Serviços on-line”; “Intranet Autárquica”; e “Compras Electrónicas” (POSI, 2003: 23), que encontramos também no *Évora Distrito Digital*.

O sub-projecto “Sítios Internet Autárquicos”, inserido, como dissemos, na vertente designada *Governo Electrónico Local em Banda Larga* tinha como objectivos: melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos ao nível do governo local; aumentar a participação democrática através das tecnologias de informação e comunicação; facilitar a comunicação entre o munícipe e o governo local; aumentar a eficácia do serviço prestado ao cidadão e a eficiência dos processos administrativos; reforçar a participação democrática; e, ainda, servir ao cidadão e ao visitante da região como cliente, fornecendo conteúdos relevantes e prestando serviços de qualidade.

Igualmente inserido na vertente 2 (Governo Electrónico Local) do *Plano de Acção para a Sociedade da Informação* encontramos o sub-projecto “Serviços on-line”. Os fins a atingir eram melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos ao nível do governo local e aumentar a produtividade da administração pública local, através da incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação nos seus processos de trabalho.



Outro sub-projecto directamente relacionado com a actividade dos municípios é o designado “Intranet Autárquica em Banda Larga”, que tinha como objectivo transversal a outros sub-projectos, o aumento da produtividade da administração pública local através da incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação nos seus processos de trabalho, nomeadamente através da criação, em cada município, duma rede interna que servisse de suporte para todas as iniciativas relacionadas com o governo electrónico local.

Ainda na vertente dois, encontramos o sub-projecto “Compras Electrónicas”, orientado para “gerar poupanças ao nível de custos directos de compras, optimização dos processos de aprovisionamento e melhorias qualitativas indutoras do desenvolvimento dos negócios electrónicos na economia; aumentar a eficiência no processo aquisitivo das autarquias; desenvolver competências internas nas autarquias; e explorar oportunidades de agregação de compras e processos entre autarquias e entre estas e a Administração Pública Central. Em concreto, tratava-se de proceder a uma reorganização interna da função “compras”, o que deveria acontecer através da criação de um serviço partilhado para a função compras, que, através de *ferramentas electrónicas* e com base a reengenharia e automatização dos processos de compras, permitisse a agregação de compras em determinadas categorias de bens e serviços e ganhos de eficiência no processo aquisitivo^{xi}.

Refira-se, ainda, outro dos sub-projectos importantes para cada município, designadamente para o acesso dos cidadãos à «sociedade do conhecimento» a partir de postos públicos. Falamos do projecto “Pontos Municipais de Banda Larga”, inserido na vertente 3 (“acessibilidades”), que tinha como finalidade “massificar o acesso e a utilização da Internet em Banda Larga, promover a coesão digital e assegurar o acesso dos cidadãos à Internet, designadamente através da criação de pontos de acesso à Internet por banda larga em espaços públicos. No caso do EDD a sua concretização resultou na constituição de uma *Rede de Hotspots*, com pontos em todos os concelhos do distrito, em certos casos mais do que um ponto por município.

No âmbito do EDD foram concretizados, entre outros, todos estes sub-projectos e a participação dos 14 municípios que compuseram a parceria alargada do EDD entre Setembro de 2004 e Junho de 2007 está centrada, por conseguinte, na sua concretização.

Nos tópicos seguintes apresentamos o balanço da participação destes municípios que, em conjunto com outras entidades, concretizaram o EDD, procurando, desta forma, contribuir para a reflexão em torno das vantagens, inconvenientes e limitações de intervenções no âmbito do programa “cidades e regiões digitais”. A análise recorre a dados obtidos a partir dos relatórios desenvolvidos no âmbito do sub-projecto “Avaliação e Monitorização” do EDD^{xii}. O que nos interessa, neste texto, não é proceder a uma avaliação de todo o projecto EDD, mas tão só da participação dos 14 municípios parceiros, sobretudo a partir das opiniões dos próprios responsáveis políticos^{xiii}.

2. Participação dos Municípios no projecto *Évora Distrito Digital*

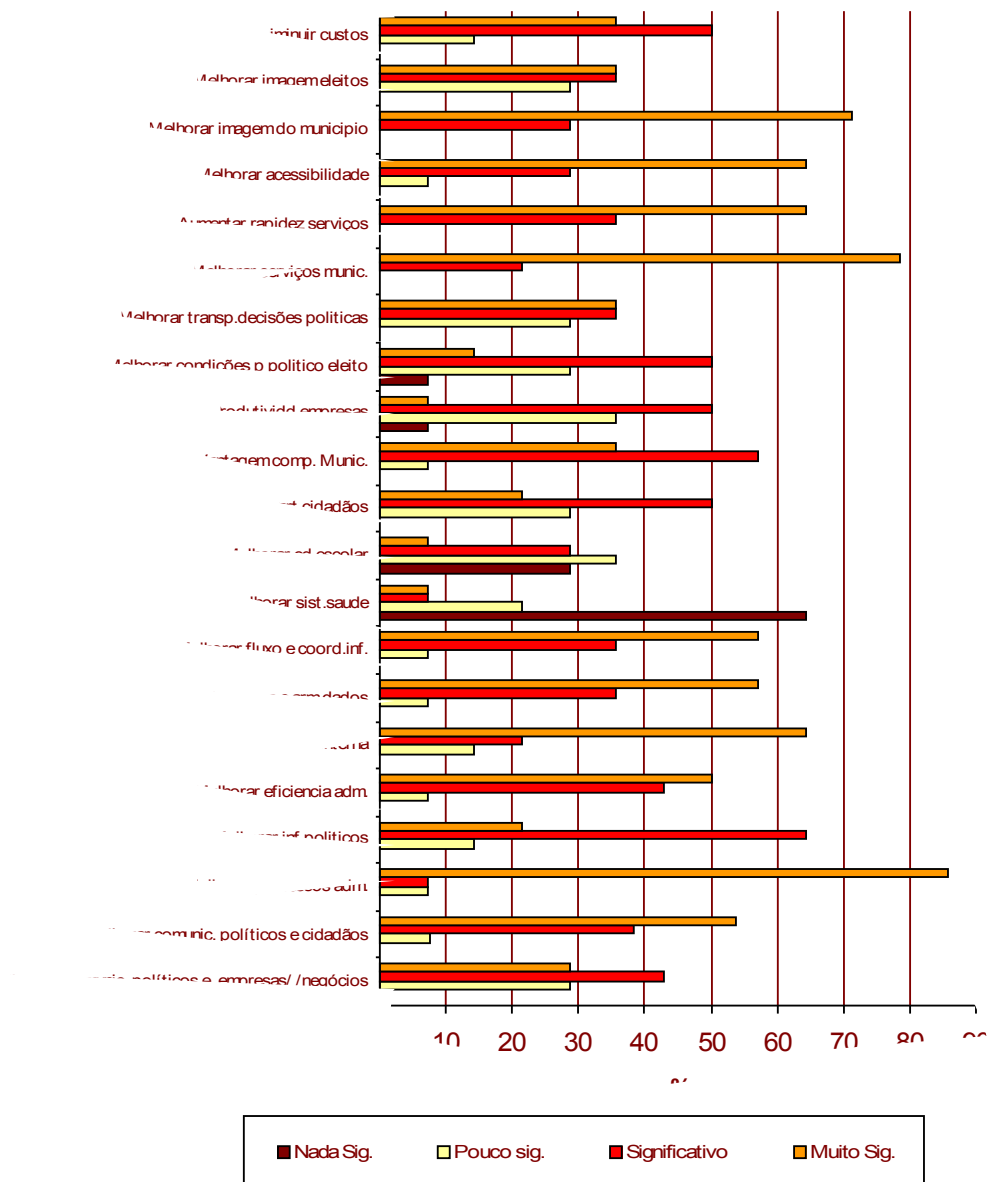
Antes de apresentarmos e analisarmos alguns resultados da participação das câmaras municipais, no projecto *Évora Distrito Digital* importa fundamentar esta participação. Segundo as próprias câmaras municipais, as principais razões que motivavam o seu envolvimento no EDD foram a procura de *melhoria dos processos de interacção com os seus clientes/municípios; a modernização da infra-estrutura tecnológica* capaz de equiparar o seu desenvolvimento tecnológico com o dos outros municípios do Distrito, a *uniformização de práticas de funcionamento* e de *melhor articulação entre Câmaras, a reorganização interna dos serviços* e o *aumento a transparência dos processos camarários* (Silva, 2006: 4).

Os municípios iniciaram o projecto EDD com elevadas expectativas sobre o projecto. Globalmente, de entre uma vasta lista de potenciais vantagens (Cf. Gráfico 1), os municípios acreditavam que o EDD seria determinante para a melhoria dos processos administrativos, (mais de 80% dos municípios inquiridos na fase de arranque do projecto consideravam que esta eventual vantagem seria “muito significativa”), para



a melhoria global dos serviços a prestar pelo município, melhorariam da imagem do próprio município, facilitariam a acessibilidade dos cidadãos aos municípios, aumentariam a rapidez de resposta dos serviços e melhorariam a comunicação interna.

Gráfico 1 - Potenciais Vantagens do Projecto Évora Distrito Digital, segundo as Câmaras Municipais



Fonte: Silva (Silva, 2007: 83)

Será que as elevadas expectativas foram satisfeitas e os objectivos alcançados? Vejamos.

2.1. Cumprimento das actividades do projecto

Em termos de execução física do projecto, a maioria das câmaras municipais considera que, se bem que todas as actividades realizadas foram importantes, destacam-se a instalação de “modernas infra-estruturas de ligação, em rede, de edifícios e serviços camarários, por serem a base da transformação



funcional desses mesmos serviços e de maior proximidade entre as pessoas, potenciando-se a organização e gestão, suportada na rede, e a criação, a prazo, de comunidades de utilizadores dentro e fora do município (*Intranet* e *Extranet*) (Silva, 2007: 94). A chamada «reengenharia de processos», necessária à concretização dos objectivos do sub-projecto “Serviços *On-line*”, foi sentida pela generalidade dos municípios como uma actividade *muito importante*, pelo seu expectável impacto em futuras formas de relacionamento com o cidadão e as empresas do contexto. Refira-se que, salvo casos pontuais, no discurso dos autarcas ouvidos pela equipa de Avaliação (interna) do Projecto, não há qualquer referência específica ao sub-projecto “Sítios *Internet* Autárquicos”, orientado para dotar todos os municípios de um sítio *Internet* com uma estrutura semelhante (Silva, 2007: 94).

2.2. Grau de concretização dos objectivos do município no projecto

O grau de alcance dos objectivos iniciais do EDD foi percebido de forma diferente. Embora o autarca eborense considere que os objectivos da candidatura foram atingidos a 100%, os restantes municípios assumem que a concretização dos objectivos iniciais ligeiramente abaixo do esperado. A razão desta opinião prende-se, sobretudo, com as actividades relacionadas com os “serviços on-line”^{xiv}, os “sítios *Internet* autárquicos” e a utilização de *Intranet* no município que, embora próximos dos 100% de taxa de execução física não foram concluídas de forma totalmente satisfatória.

2.3. Benefícios decorrentes do EDD

Podem analisar-se os benefícios percebidos pelas câmaras municipais em torno de três dimensões: para a câmara municipal, enquanto organização; para os colaboradores camarários envolvidos; e para os munícipes, os destinatários finais dos impactos do projecto.

Relativamente à primeira dimensão, foram valorizados pelos municípios, como “muito importantes”, os seguintes aspectos: *maior visibilidade externa do município, melhoria do clima organizacional e melhor reconhecimento dos recursos/potencialidades da própria organização*. Embora em menor grau, houve outros benefícios considerados “importantes”, designadamente, a *maior visibilidade interna, o maior reconhecimento entre pares, a aprendizagem organizacional, a maior mobilização de diversos actores em torno de objectivos comuns, o maior conhecimento da própria organização*, e, ainda, o *acréscimo de investimento nas TIC* (Silva, 2007: 136).

As autarquias valorizaram, ainda, a circunstância do EDD ter sido uma oportunidade para melhorar significativamente a infra-estrutura tecnológica existente na área das tecnologias da informação e da comunicação (redes informáticas, parque informático, maior largura de banda nas comunicações, ligação em rede informática dos principais serviços e edifícios, etc.) (Silva, 2007: 136) e a produção de conteúdos que foi realizada como resultado do EDD. Neste caso, e segundo os dados recolhidos, os municípios reformularam os seus “sítios *Internet*” e produziram novos conteúdos para esses sítios. Além disso, e acompanhando estas transformações, a generalidade dos municípios procedeu à reestruturação de alguns serviços, com alegadas melhorias na forma de funcionamento e gestão dos serviços camarários (Silva, 2007: 136).

Outra ideia que perpassa do contacto com os municípios é que desta parceria, além dos ganhos de escala, resultou um aumento da competência instalada (*know-how*) nas câmaras municipais, no que respeita às TIC. De facto, “os autarcas consideram que a «revolução tecnológica» distrital fez alargar a utilização dos computadores e da *Internet* a um maior número de cidadãos e a categorias sociais normalmente mais afastadas ou excluídas do uso das TIC (como é o caso dos públicos seniores), sobretudo a partir da utilização dos *hotspots*^{xv} - que tiveram um período de uso totalmente gratuito e que continuam de acesso gratuito para um conjunto alargado de sítios de interesse público, designadamente os relacionados com a relação do cidadão com a administração pública” (Silva, 2007: 138). Por outro lado, ainda, as câmaras municipais crêem que através dos produtos e serviços desenvolvidos no âmbito do EDD será



possível aproveitar o EDD para proporcionar uma resposta mais célere e mais eficaz ao cidadão (Silva, 2007: 138-139).

Na óptica das câmaras municipais, o EDD teve um grande impacto em factores associados ao trabalho realizado pelos técnicos da área das TIC. Assim, os colaboradores que directamente participaram nos projectos camarários do EDD terão demonstrado *maior motivação para o trabalho, uma elevação da auto-estima, a melhoria dos conhecimentos/competências em TIC, um maior conhecimento da própria organização e uma elevação dos índices de uso das TIC no trabalho* (Silva, 2007: 136).

No que concerne à comunidade/municípios, os autarcas consideram que o EDD contribuiu para a *elevação da “auto-estima colectiva”*. O *aumento das expectativas sobre as TIC, o aumento do capital de conhecimentos e competências das populações em matéria de TIC e a diminuição dos “medos” em torno da utilização das TIC* são outros impactos considerados *“muito importantes”* pelos municípios, que valorizam, ainda o efeito catalisador de desenvolvimento de outras actividades na área “sociedade do conhecimento” por parte de outras entidades do distrito (Silva, 2007: 136).

2.4. Aspectos negativos para os municípios decorrentes da participação no EDD

Apesar dos impactos positivos, foram também diagnosticados aspectos negativos decorrentes da participação das câmaras no EDD. O mais referido refere-se à transformação da *home page*^{xvi} dos municípios existente à data de início do projecto. Esta foi substituída por uma nova “página de entrada” com nova estrutura, desenvolvida no âmbito do EDD e que terá originado uma perda de identidade e de versatilidade da *home page* existente à data em alguns municípios. Outro aspecto negativo refere-se à falta de oportunidade e à insuficiência dos tempos de formação dos trabalhadores da autarquia, designadamente em domínios mais técnicos na área dos “serviços *on-line*”. Um dos municípios assinalava, ainda, outro aspecto negativo, alertando para uma alegada situação de *dependência tecnológica* face a uma empresa fornecedora de produtos e serviços (Silva, 2007: 143).

2.5. Lições adquiridas/“boas práticas” decorrentes da participação no EDD

A integração dos municípios no EDD foi uma oportunidade de realização de diversas aprendizagens, designadamente ao nível das atitudes e comportamentos (saber-ser): houve, entre muitos envolvidos, ganhos de confiança face aos processos de mudança tecnológica (ou seja, desenvolveu-se a atitude de disponibilidade para a “mudança”), face às vantagens da constituição de parcerias, experienciaram-se potencialidades de utilização das TIC, e do trabalho em equipa – maior colaboração dentro dos municípios e também entre técnicos de diferentes autarquias – e, até, como defende um dos municípios, a experimentação de novas formas de organização e/ou concretização do trabalho camarário (Silva, 2007: 147).

2.6. Balanço final da participação dos municípios no EDD

Solicitados a avaliarem com uma escala quantitativa de cinco níveis em que 1 equivaleria a um balanço “muito mau” e 5 a “muito bom”, as respostas dos municípios oscilam entre o “suficiente” (nível 3) e o “bom” (nível 4), sendo que dois municípios consideram que apenas “aspectos de pormenor” impedem a avaliação com o nível de “muito bom”. Assim, a participação dos municípios no EDD foi, segundo os municípios, muito positiva (Silva, 2007: 149).

Quanto aos “pontos fracos” (cf. Quadro 1), segundo as opiniões dos eleitos esses aspectos centram-se na fase de operacionalização do projecto, mas também existiram na fase inicial ou de arranque e relativamente aos impactos esperados.

Sobre a fase inicial do projecto, o único ponto fraco registado é que, na opinião do presidente da Câmara Municipal de Évora, não terá havido suficiente envolvimento da Universidade de Évora na liderança do projecto.



Relativamente ao processo de concretização do projecto, os “pontos fracos” são relativos a: problemas técnicos e tecnológicos que originaram dificuldades de comunicação entre infra-estruturas tecnológicas dos municípios e o *Centro de Tecnologias Digitais* construído em Évora, no âmbito do projecto; insuficiências da componente formativa para técnicos e colaboradores, em profundidade e em extensão a diversos públicos internos e externos; insuficiente envolvimento e autonomia da parte dos serviços técnicos da área de informática dos municípios; centralização da decisão/fraca flexibilidade da Coordenação em áreas técnicas/tecnológicas; atrasos na conclusão de actividades de alguns sub-projectos - pelo menos os ligados ao e-Governo e ao acesso à *Internet* pelos munícipes; “resistência” por parte de alguns parceiros; e insuficiência, pontual, de recursos humanos qualificados para concretizar algumas actividades (Silva, 2007: 150).

Quadro 1: “pontos fracos” e “pontos fortes” do projecto EDD, segundo os municípios

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente envolvimento da Universidade de Évora na liderança do projecto; • Problemas de adequação técnica e tecnológica a nível da infra-estrutura; • Insuficiências da componente formativa a diversos actores; • Insuficiente envolvimento e autonomia da parte dos serviços técnicos da área de informática dos municípios; • Centralização da decisão/fraca flexibilidade da Coordenação em áreas técnicas/tecnológicas; • Atrasos na conclusão de actividades de alguns sub-projectos - pelo menos os ligados à eAdministração e ao acesso à <i>Internet</i> pelos munícipes; • “Resistência” na relação por parte de alguns parceiros; • Insuficiência, pontual, de recursos humanos qualificados; • Falta de um produto EDD agregador da informação de todos os produtos e serviços desenvolvidos no âmbito do Évora Distrito Digital que se constitua como símbolo e “porta de entrada do EDD”; • Fraca valorização da formação dirigida aos cidadãos/munícipes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do próprio projecto; • Sinergias surgidas entre os parceiros; • Aprendizagem que decorreu da interacção entre parceiros; • Maior sensibilização e mobilização de trabalhadores e eleitos das câmaras municipais; • Sustentabilidade do projecto.

Fonte: adaptado de Silva (2007: 151-154)

Finalmente, são identificados também “pontos fracos” relacionados com os impactos do projecto, tais como a falta de um produto EDD agregador da informação de todos os produtos e serviços desenvolvidos no âmbito do Évora Distrito Digital que se constitua como símbolo e “porta de entrada do EDD” e a fraca valorização da formação dirigida aos cidadãos/munícipes.

De entre os “pontos fortes” apresentados pelos municípios encontramos a qualidade do próprio projecto (objectivos claros e uma visão estratégica continuada ao longo de um projecto que prima por ser o início de um processo de desenvolvimento na área das TIC); as sinergias que foram surgindo; as aprendizagens que decorreram da interacção entre parceiros de entidades distintas mas com problemas e



desafios semelhantes; uma maior sensibilização e mobilização de grande parte dos trabalhadores e dos eleitos das câmaras municipais do distrito; e ainda, as formas de sustentabilidade encontradas para o pós-projecto (designadamente com o objectivo de garantir o funcionamento em condições de uma infra-estrutura fundamental para a generalidade dos serviços e produtos criados) (Silva, 2007: 150).

2.7. Perspectivas pós-EDD

Pensando num momento pós-EDD, pretendeu-se perspectivar o futuro próximo nas autarquias. Segundo os dados recolhidos, constata-se que, globalmente, existe entre os autarcas a vontade política de dar continuidade aos projectos em cada câmara municipal e de sustentar estes projectos no âmbito das actividades e recursos (financeiros e humanos) das autarquias. O verdadeiro desafio é, por conseguinte, rentabilizar o investimento realizado, terminando os projectos que, apesar de findo o quadro legal do EDD, ainda não estão, na prática, terminados e explorar as potencialidades destes, designadamente na área da interacção com os municípios. Neste contexto, alguns responsáveis camarários apontam para a necessidade de se continuar a apostar na formação e na sensibilização de técnicos, outros trabalhadores das autarquias e mesmo da população.

Por outro lado, há também a perspectiva de se iniciarem novos projectos na área das TIC em algumas autarquias, designadamente avançando com o projecto “rede comunitária” que fará a interligação das 14 autarquias do distrito de Évora com rede de fibra óptica^{xvii}, dando, assim, continuidade à infra-estrutura tecnológica iniciada com o EDD.

Refira-se que algumas câmaras municipais mostram alguma reserva sobre as perspectivas do pós-EDD, por diversas razões: antevisão de dificuldades na concretização do que ficou por concluir no EDD, por necessidade de grande ponderação sobre o eventual custo-benefício do projecto “rede comunitária” e pela dependência tecnológica de empresas fornecedoras de “soluções informáticas”.

O presidente da Câmara Municipal de Évora faz uma síntese das perspectivas para a sua câmara municipal que julgamos ser pertinente para resumir os desafios com que a generalidade das autarquias ainda se confronta, malgrado o trabalho desenvolvido no EDD: “primeiro, uma relação cada vez mais fácil, mais ágil e mais próxima com toda a administração local”; segundo, “a melhoria dos processos de gestão interna a nível da circulação e de documentos que acabam por ter impacto na qualidade dos serviços que prestamos ao cidadão”; terceiro “um contributo decisivo na melhoria da gestão, com ganhos de produtividade, controlo e qualidade da gestão no sentido de melhor gerir os recursos do município”; e, quarto, “embora não ponha este desafio ao nível dos anteriores, o desafio da melhoria das redes de comunicação” (Silva, 2007: 158).

3. Considerações Finais

Considerando que o contexto local/regional é o mais estratégico para fazer frente ao desafio que as regiões enfrentam na sua transição rumo a uma «sociedade do conhecimento» (Gocht et al., 2003), os projectos de «cidades e regiões digitais» podem proporcionar transformações tecnológicas, organizacionais e institucionais e mobilizar sinergias entre diversos actores motivados para o desenvolvimento dos territórios. Porém, que tal seja uma realidade, mais do que a criação ou ampliação de redes ou de outras infra-estruturas tecnológicas, importa que os investimentos em TIC se traduzam numa elevação efectiva dos indicadores de desenvolvimento económico e social dos territórios e das suas populações (Serrano, 2005).

Surgido no quadro das políticas públicas para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, o programa «Cidades e Regiões Digitais» tem apoiado diversos projectos, entre os quais o *Évora Distrito Digital*, assumido como um “caso de sucesso”^{xviii} e de estudo a nível nacional e mesmo internacional no quadro das políticas para a «sociedade do conhecimento». Para essa distinção, mais do que a diversidade de produtos e serviços disponibilizados, terá contribuído, na nossa opinião (sustentada pelo acompanhamento directo do projecto), o modelo de gestão em parceria em que diferentes actores de um



território souberam, num relativo curto espaço de tempo, agregar-se estrategicamente para fazer face a problemas comuns na área das infra-estruturas de comunicação digitais^{xix}.

Os dados e a análise apresentada permite-nos constatar que, globalmente, o projecto alcançou a generalidade dos objectivos a que os municípios se propuseram no início do projecto e que as vantagens e os pontos fortes do EDD superam largamente as desvantagens e os pontos fracos. De facto, o balanço da participação dos municípios foi assumido como muito positivo.

Vimos que algumas das vantagens respeitam, por um lado à instalação de uma nova infra-estrutura tecnológica e, por outro, à “reengenharia de processos” operada no âmbito do sub-projecto “Serviços On-line”. Vimos, também, que outro aspecto valorizado pelos municípios respeita ao processo de gestão/coordenação do projecto, o qual terá favorecido a participação de alguns dos principais actores locais.

Assim, e ainda que faltem dados sobre a avaliação do real impacto do EDD na relação dos cidadãos, das empresas e outras organizações com as autarquias, admitimos que o projecto EDD deu um contributo importante, embora inicial, para a modernização da administração pública local ao actualizar a infra-estrutura tecnológica existente, ao estender (ainda que de forma parcial) o uso das tecnologias da informação e comunicação à gestão, processamento, arquivo, disponibilização e troca de informação entre os serviços camarários, os cidadãos e alguns os agentes económicos e sociais, ao desburocratizar e simplificar mais os processos de trabalho no seio da organização e ao contribuir para o aumento da eficácia e da eficiência de alguns dos serviços prestados aos cidadãos. Por outras palavras, ainda que com várias limitações a nível de eficácia e de eficiência, da intensidade e da desigualdade de uso dos serviços pelo cidadão, através da Internet (os níveis de interacção cidadão - câmara municipal são, por agora, variáveis entre as 14 autarquias), pode dizer-se que o EDD deu um contributo para a modernização da administração pública local^{xx} (na vertente do governo electrónico) e para melhorar o serviço prestado pela administração aos cidadãos e às empresas (designadamente no domínio das compras electrónicas).

Como referimos, os municípios assumem ter havido, também, algumas insuficiências no projecto EDD. Entre elas está a reserva apresentada por algumas câmaras municipais sobre as perspectivas do pós-projecto, considerando que não só subsistirão algumas dificuldades para concretizar o que ficou por concluir, como para assegurar o acompanhamento e monitorização e fazer face à (alegada) dependência tecnológica de empresas fornecedoras de “soluções informáticas”. Ainda assim, todas as autarquias admitiram o interesse estratégico de continuar a desenvolver projectos nos seus municípios na área da “sociedade do conhecimento”, seja de forma isolada, seja em parcerias geradoras de sinergias com outros municípios e entidades, designadamente na óptica de integrar/complementar os serviços e produtos criados no âmbito do EDD e de torná-los sustentáveis.

Para já, o reforço da coesão intermunicipal poderá ser absolutamente determinante para a reflexão estratégica (que, segundo Simões (2007: 97) é um dos “pontos fracos” dos projectos de «cidades e regiões digitais») e para a definição de uma estratégia distrital para a “sociedade do conhecimento”, a qual, a nosso ver, tem como grande desafio o envolvimento dos munícipes e dos representantes das instituições da chamada «sociedade civil» (afinal os destinatários do desenvolvimento), algo fundamental mas que nem sempre tem acontecido em Portugal em projectos deste tipo^{xxi}. Assim, após terem-se conseguido dinâmicas de trabalho colaborativo interno a cada município e de ter-se reforçado a rede de capital social dos municípios, importa, agora, mobilizar outros actores e alargar acções para diversos domínios (da educação/formação, da saúde, do movimento educativo, da administração pública, etc.), captando recursos financeiros que serão disponibilizados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 - QREN. Essa mobilização poderá e deverá, na nossa perspectiva, resultar, desde já, na realização de um exercício de «prospectiva estratégica» (Godet, 1993; Keenan et al., 2003) mobilizador da acção planeada e concertada por parte dos actores que venham a estar envolvidos.



Bibliografia

- BERTRAND, N. (2001), «*Technologie d'Information et de Communication: quel rôle dans les dynamiques territoriales de développement?*», *Revue d'Études Rurales et Urbaines*, nº.1.
- BOURDIEU, Pierre (1986), «The Forms of Capital», em John Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York, Greenwood Press, pp. 241-258.
- CAMPÀ, Helios Prieto (2005), *La Construcción de la Ciudad Digital*, Barcelona, Hacer Editorial.
- CARNEIRO, Roberto et al., (2007), «A Sociedade da Informação e a desigualdade. Um retrato português», José Dias Coelho (coord.), *Sociedade da Informação. O Percorso Português. 10 Anos de Sociedade da Informação – Análises e Perspectivas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- CARDOSO, Gustavo et al (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras
- CASTELLS, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Galáxia Internet – Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COLEMAN, James (1988). «Social Capital in the Creation of Human Capital», *American Journal of Sociology*, nº. 94, pp. 95-120.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, (2005), *eInclusion revisited: The Local Dimension of the Information Society*, (Brussels, 4.2.2005 SEC (2005) 206), disponível em http://europa.eu.int/comm/employment_social/news/2005/feb/eincllocal_en.pdf [Data de acesso: 23-03-2007]
- GODET, Michel (1993), *Manual de prospectiva estratégica: da antecipação a acção*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- GOCHT, Birgit et al., (2003), «Las Ciudades Digitales como motor de la Sociedad de la Información. La experiencia de la Red Iberoamericana de Ciudades Digitales», *Revista AHCJET: revista de telecomunicaciones*, nº. 97.
- GRAHAM, S. (2002), «Information technologies and reconfigurations of urban space», *Internacional Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 25.2.
- GOUVEIA, Luís Borges (org.) (2003), *Cidades e Regiões Digitais: impacte nas cidades e nas pessoas*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- ISHIDA, Toru (2000), «Understanding Digital Cities», em T. Ishida, K. Isbister (eds). *Digital Cities: Experiences, Technologies and Future Perspectives*, Lecture Notes in Computer Science, Vol. 1765, Springer-Verlag, disponível em <http://www.ai.soc.i.kyoto-u.ac.jp/services/publications/00/00work01.pdf> [Data de acesso: 25-03-2006].
- KEENAN, Michael et al. (2003), *Handbook of Knowledge Society Foresight*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- LOURY, Glenn (1977), «A Dynamic Theory of Racial Income Differences» em P.A. Wallace, A. Le Mund (eds.), *Women, Minorities, and Employment Discrimination*, Lexington, Lexington Books.
- PUTNAM, Robert (1993), *Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- MONTARGIL, Filipe (2007), «A sociedade da informação e a política em Portugal – A democraticidade do acesso e o Estado aberto», José Dias Coelho (coord.), *Sociedade da Informação. O Percorso Português. 10 Anos de Sociedade da Informação – Análises e Perspectivas*, Lisboa, Edições Sílabo.
- MISSÃO PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (1997), *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, Lisboa, MSI – MCT.



POSI (2003), *Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais*, disponível em http://www.cidadesdigitais.pt/images/stories/Guia_Cidades_e_Regioes_Digitais.pdf [Data de acesso: 26/08/2005].

SEDAS NUNES, Adérito (1977), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

SERRANO, António et al (2005), *Cidades e Territórios de Conhecimento*, Lisboa, Edições Sílabo.

SILVA, Carlos Alberto da (Coord) (2006), *Relatório da Entrevista aos eleitos das câmaras municipais sobre o projecto EDD* (documento policopiado)

SILVA, Carlos Alberto da (coord.) (2007), *Monitorização e Avaliação do Projecto EDD: Resultados*, Évora: Associação de Municípios do Distrito de Évora.

SILVA, Michéle Tancman Cândido da (2004), *A (Ciber) Geografia Das Cidades digitais*, disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-170-36.htm> [Data de acesso: 24/09/2005].

SIMÕES, Maria João (coord.) (2007), *Dos Projectos às Regiões Digitais: Que Desafios? - Relatório Final*, Covilhã, CES-UBI, disponível em http://www.colombiadigital.net/informacion/docs/reg_dig_pt.pdf [Data de acesso: 05-03-2008]

TOFFLER, Alvin [1984 (1980)], *A Terceira Vaga*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

VEIGA, Pedro (2005), «A Reforma Organizacional e Modernização Tecnológica no Sector Público em Portugal ou Uma Visão sobre algumas Iniciativas de Sociedade de Informação em Portugal», Manuel Castells e Gustavo Cardoso (orgs.), *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp.215-223.

VIRILIO, Paul (1993), *O espaço crítico*, Rio de Janeiro, Editora 34.

VODOZ, Luc (2003), *La dimension territoriale de la fracture numérique*, XXXIX éme Réunion ASRDLF.

ZANCHETI, Sílvio Mendes (2001), «Cidades Digitais e o desenvolvimento local», *RECITEC*, Recife, v.5, n.2, p.311-329.

ⁱ Ou «sociedade do conhecimento», ou «sociedade rede», conforme os autores que considerarmos.

ⁱⁱ Por exemplo, a taxa de penetração da Internet na população portuguesa era, em 2006, de 36% - uma das mais baixas da UE25, sendo igual à taxa registada na Itália e apenas acima de Chipre e da Grécia. Refira-se, contudo, que Portugal tem das mais elevadas taxas de penetração da Internet na população com educação secundária ou superior, pelo que os baixos valores globais resultam de uma baixa penetração na população que não tem mais do 9º ano de escolaridade e, sobretudo, da elevada proporção deste grupo na população total, a maior da UE25, igual à de Malta e da ordem de 42% superior à que se verifica nos países com valores imediatamente abaixo – a Espanha e a Itália.

ⁱⁱⁱ A promoção da Sociedade da Informação foi incluída pela primeira vez como domínio de acção governativa no XIII Governo Constitucional (1995-99). Neste âmbito, o programa deste Governo incluía já como objectivos específicos “o reforço da infra-estrutura científica e tecnológica; o desenvolvimento da oferta e utilização das Tecnologias de Informação; a utilização das Tecnologias de Informação para racionalizar; modernizar a Administração Pública; e a formação para a Sociedade da informação” (POSI, 2003: 57).

^{iv} O *Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais* estabelecia que “os Projectos a promover no âmbito da Iniciativa “Cidades e Regiões Digitais” deverão ser o veículo integrador de uma visão estratégica de desenvolvimento regional baseada na Sociedade de Informação”.

^v Ou seja, inicialmente o Programa Operacional para a Sociedade da Informação e, posteriormente, o Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento - POS_C. Ambos os programas surgem enquadrados no *Plano de Acção para a Sociedade de Informação* (de Junho de 2003), principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

^{vi} Criado pelo Despacho Conjunto celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território em 1999, o *Alentejo Digital* visava prestar aos cidadãos um conjunto de informações relativas aos vários órgãos da Administração, através de um sistema de informação (internet regional). O programa envolveu os 47 concelhos do Alentejo e contemplou a formação de agentes de informação ligados à operação, manutenção e gestão dos pontos informativos então criados.

^{vii} O *Alentejo Litoral Digital* é uma parceria dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

^{viii} O projecto *Évora Distrito Digital* (EDD) decorreu entre Setembro de 2004 e Junho de 2007, numa parceria que envolveu a diversas entidades de âmbito regional/local: a Associação de Municípios do Distrito de Évora (que coordenou o projecto), os 14 concelhos do distrito de Évora (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa), a Região de Turismo de Évora, a Universidade de Évora e a ADRAL (Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo). Durante a sua concretização foi implementado um vasto conjunto de projectos, entre eles, um portal regional, um portal de turismo, um portal de negócios, um portal de acesso a informação georeferenciada, uma *Extranet* de negócios, o Centro de Inovação Inovévor@, *websites* municipais que oferecem serviços *on-line*, *Intranet's* municipais, um portal para eComércio, *hotspots* regionais, um Centro de Tecnologias Digital e um veículo de acesso móvel à Internet (mais informação sobre o projecto pode ser obtida em www.evoradistritodigital.pt/pt/home.htm).

^{ix} A escala distrital deste projecto resulta da “imposição” ditada pela mudança de estratégia na implementação das políticas para a SI, em 2002, quando passou-se a privilegiar um crescente enfoque em projectos de abrangência regional, em detrimento de projectos com carácter exclusivamente Local, como forma de se alcançarem os objectivos os fixados para o desenvolvimento da sociedade da informação a nível do país como um todo e não apenas parcialmente, em localizações pontuais. De resto, para se assegurar a correcta configuração de um projecto “Região Digital” deveriam os seus promotores justificar a afinidade comunitária, o dimensionamento espacial crítico; e a partilha de recursos a efectuar (POSI, 2003: 11).

^x A parceria constituída para concretização do EDD assumiu-se como uma rede de relações que reforçaram os vínculos existentes, ampliando, por conseguinte, o capital social do território. Diversos autores têm teorizado sobre a noção de capital social. Na sociologia contemporânea encontramos nomes com Pierre Bourdieu (1996), Glenn Loury (1977), James Coleman (1998) e Robert Putnam (1993). Este último, em *Making Democracy Work* (1993), defende que o capital social está relacionado com a existência de relações sociais de reciprocidade como premissas centrais da democracia e da participação cívica, sendo importante factor para a consolidação da democracia e para uma efectiva governança local e urbana que tem como objectivo último, entre outros, o desenvolvimento social e comunitário.

^{xi} No caso concreto do EDD, este sub-projecto foi concebido pela Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo – ADRAL – em articulação com os municípios.

^{xii} Ao longo do desenvolvimento do projecto EDD a equipa de Avaliação e Monitorização (interna e independente) do projecto, integrada, entre outros, pelo autor deste texto, recolheu e analisou dados relativos à participação dos 14 municípios do distrito recolhidos através de questionários às Câmaras Municipais, entrevistas aos responsáveis eleitos e questionários a técnicos da área das TIC dos municípios envolvidos (Silva, 2006 e 2007).

^{xiii} A recolha dos dados apresentados foi realizada através de entrevista aos presidentes das câmaras municipais, realizada no âmbito das actividades da equipa responsável pelo sub-projecto “Avaliação e Monitorização” do EDD. Alguns Presidentes de Câmara delegaram a cedência da entrevista no vice-presidente.

^{xiv} O sub-projecto dos Serviços *On-line*, coordenado pela ADME, teve, em termos globais, um grau de concretização de 96,1%. Trata-se um dos sub-projectos com o maior número de situações e ou actividades que não atingiram na totalidade o grau de concretização.

^{xv} Pontos de acesso à *Internet*.

^{xvi} Em português, página de entrada, página inicial ou página principal de um sítio na *World Wide Web (Internet)*, que compreende uma apresentação do sítio e de todo o seu conteúdo.

^{xvii} Projecto entretanto já em desenvolvimento (cf. nota xix).

^{xviii} O Projecto EDD foi reconhecido como caso de sucesso pela Microsoft e pela CISCO, além de ter merecido amplo destaque público por parte de responsáveis da Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), entre outras instituições, eventos e personalidades. O projecto foi um dos finalistas do *European eGovernment Awards 2007*, evento organizado pela Comissão Europeia.

^{xix} Aproveitando o maior *know-how* das equipas dirigentes e técnicas e as dinâmicas positivas da interacção desenvolvida no âmbito do projecto (dentro e entre as diversas organizações), os municípios pretendiam dar corpo a novos projectos na área das TIC, designadamente avançando com um projecto de “rede comunitária” de fibra óptica dando, assim, continuidade à infra-estrutura tecnológica iniciada com o EDD. Nesse sentido, está já em curso outro projecto designado *Rede Comunitária do Distrito de Évora*. À semelhança do EDD, este projecto é promovido pela Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) e envolve os 14 concelhos do distrito de Évora, além de outras entidades, algumas das quais não integraram o EDD. Esta “rede” vai articular projectos de planeamento intermunicipal para a cultura, lazer e o «triângulo do conhecimento» (educação, investigação e inovação), com ampliações de parques e zonas industriais, projecto das valências agrícolas, agro-industrial e turística do distrito de Évora, com o projecto Évora Distrito Digital e o projecto BDIG – Base de Dados de Informação Geográfica, estando prevista a conectividade com a rede RCTS – Rede Ciência Tecnologia e Sociedade que serve as instituições de ensino superior e de investigação da área abrangida. Os objectivos subjacentes à concretização do projecto passam por desenvolver o combate à infoexclusão promovendo a igualdade de oportunidades e de acesso público universal à banda larga na região, corrigir assimetrias de acessibilidade a telecomunicações, e, ainda, desenvolver a iniciativa empresarial de base tecnológica e científica na região. (cf. http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=187).

^{xx} Prevista no eixo prioritário III do Plano Operacional Sociedade da Informação 2000-2006 (documento disponível em <http://www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/textoIntegral.pdf>.)

^{xxi} Segundo Veiga (2006), os cidadãos têm estado pouco incluídos na participação do processo de desenvolvimento das CRD portuguesas.